

Ex-ministros defendem acordo para dívida já

BRASÍLIA — O Brasil tem todas as condições para conseguir uma substancial redução de sua dívida externa nas negociações com os bancos credores privados e com os governos representados pelo Clube de Paris. Essa é a opinião dos ex-ministros Mário Henrique Simonsen, Luiz Carlos Bresser Pereira e João Sayad, que participaram ontem do seminário sobre a negociação da dívida externa, no Senado Federal. Na avaliação dos ex-ministros, este é o grande momento para se conseguir uma boa negociação, já que os próprios credores se convenceram de que os tradicionais mecanismos de negociação da dívida, que se limitavam apenas ao reescalonamento dos débitos, estão superados.

“Temos condições de reduzir em até 50% o montante da dívida”, apostta Bresser Pereira, que dos ex-ministros foi quem apresentou a proposta mais ousada para a redução da dívida. Sua sugestão é de que seja simplesmente cancelada metade dos débitos brasileiros com os bancos privados e com o Clube de Paris, que concentram a maior fatia da dívida brasileira. Do restante, 10% seriam trocados por títulos de privatização de empresas estatais e 20% seriam pagos ao longo dos próximos 30 anos. Apenas os bancos e integrantes do Clube de Paris que concordassem com essas regras receberiam o pagamento dos 20% restantes. Os organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano, continuariam recebendo integralmente seus créditos.

Evolução — Em 1987, quando ocupava o ministério da Fazenda, Bresser Pereira apresentou aos credores uma proposta de redução de dívida, ao invés do simples reescalonamento. A idéia foi execrada pela comunidade financeira internacional. Atualmente, a proposta não só foi aceita como adotada por vários países devedores. Apesar de não ir tão longe quanto Bresser, o ex-ministro Simonsen, que é favorável à conversão da

externa
dívida em títulos de privatização, acha que a negociação tem evoluído. “Em 1982, ninguém imaginava nada que não fosse o refinanciamento”, lembra. Outro ex-negociador da dívida externa, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, também vê boas possibilidades para uma mudança de rumos nas negociações do governo com os credores. “Agora, existe uma possibilidade bastante boa para romper uma série de erros”, diz.

Simonsen acha que o Brasil tem grandes chances de fechar um bom acordo com seus credores, já que o entendimento interessa a ambos os lados. Para ele, os ingredientes para esse acordo seriam a redução do montante da dívida, o acesso do Brasil à novas linhas de crédito e a garantia de que as agências de crédito internacional voltem a emprestar dinheiro ao país, invertendo a atual situação em que o Brasil remete mais recursos para pagamento de juros do que recebe.

Moratória — Os três ex-ministros condenam a manutenção da moratória por tempo indeterminado pelo governo brasileiro e consideram fundamental o fechamento de um acordo com os credores. “Nunca se ganha nada com uma moratória já que os juros não deixam de serem contabilizados”, ressalta Simonsen. Bresser e Sayad acham que uma definição para a dívida possibilitará o ajuste interno da economia sem grandes sacrifícios para o país. Simonsen, no entanto, ressalva que o acordo, por melhor que seja, reduzirá apenas 1% do déficit público. Ele defendendo um ajuste interno independente da negociação.

A mais inusitada proposta surgida até agora no seminário veio do brasileiro Werner Baer, que sugeriu a compra de toda a dívida brasileira, junto a bancos e organismos, pelos respectivos governos. Para isso, os países credores emitiriam moeda e, além disso, suspenderiam a cobrança por dez anos, para que o Brasil se recuperasse internamente e pudesse voltar a pagar.